

A Construção da Realidade, o Governo Brasileiro e os Efeitos de Verdade¹

Lidiane Santos de Lima PINHEIRO²
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

RESUMO

No contexto atual, de um país governado por um presidente que naturaliza a desinformação, a verdade é alvo de disputas. A partir de perspectivas filosóficas e sociológicas sobre a realidade, os estudos dos signos e dos discursos contribuem com o debate teórico sobre como e porque os enunciados produzem efeitos de verdade. O artigo propõe apresentar tais contribuições, promovendo o diálogo entre autores como Barthes, Foucault e Verón, entre outros, e, a partir deles, refletir sobre a disputa de narrativas em torno da verdade no governo Bolsonaro, a fim de indicar novos caminhos possíveis de investigação.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; efeito de verdade; realidade; semiologia; verdade.

Muitas são as perspectivas teóricas sobre o conceito de verdade e qualquer recorte que se faça do tema parecerá incompleto. Todavia, no senso comum, na retórica religiosa e na política, a verdade é apresentada como singular e inquestionável. Descontextualizado, o versículo bíblico “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32) foi repetido durante toda a campanha de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018, como se ele fosse a própria personificação da verdade, quase a reencarnação de Cristo, o Messias apresentado no Novo Testamento como “o caminho, a verdade e a vida” (João 14:6). A força simbólica da promessa de libertação por meio da verdade, para os cristãos, remete à luta do bem contra o mal, uma vez que o diabo é apresentado na Bíblia como o pai da mentira (João 8:44).

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora titular do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integra os grupos de pesquisa Interfaces-UNEB, CEPAD-UFBA (Centro de Análise do Discurso Mediático) e GPESC-BA (Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação). E-mail: lislima@uneb.com.

A candidatura de Bolsonaro, porém, foi reconhecidamente beneficiada por inúmeras fake news e, desde o primeiro ano do seu governo, o presidente muitas vezes foi associado à criação de inverdades/desinformações - como quando divulgou um vídeo falso sobre um suposto desabastecimento na Ceasa de Belo Horizonte³ ou quando ocultou os números acumulados de infectados e mortos por covid-19 no Brasil, não informando mais o número total da pandemia⁴. Fomentando um estado de insegurança no discernimento do que é ou não informação verídica, Bolsonaro ainda cria intrigas com a imprensa e questiona o lugar legitimado socialmente de cientistas, pesquisadores⁵ e jornalistas na busca pelo factual⁶.

Diante de tal cenário, defendemos a contínua busca pela compreensão das disputas de sentido ou da crise epistemológica pela qual passamos atualmente. Antes, contudo, é preciso revisar o debate teórico sobre a realidade e a verdade, à luz da filosofia e da sociologia, com o qual a semiologia e os estudos dos discursos podem contribuir, na medida em que avançam na discussão sobre os efeitos de verdade. O artigo é conduzido por levantamento bibliográfico, com base em autores de vieses distintos, a partir dos quais objetivamos também refletir sobre o discurso de Bolsonaro e as possíveis consequências de o governo instituir falsas verdades. Em que medida as versões polêmicas do presidente e seus enunciados negacionistas, mediatizados, podem interferir na realidade brasileira? Qual o efeito do silenciamento sobre a desestatização de estatais sem o aval do congresso e, particularmente, sobre o “desinvestimento” da Petrobras em um governo que explicita a absoluta priorização do setor econômico em detrimento de outras áreas, a exemplo da cultural, da científica e da educacional, fundamentadas na crítica e no saber? Por que o presidente busca desacreditar da imprensa e como constrói efeitos de verdade no seu discurso sobre a questão ambiental?

Apesar de não propormos aqui exatamente um estudo de caso nem o aprofundamento dessas questões, ao longo do texto, a partir delas, levantaremos episódios dos dois primeiros anos do governo, enquanto faremos dialogar visões teóricas divergentes sobre realidade e verdade, visando mais o aprimoramento do problema – para

³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/04/01/ceasa-mg-abastecimento-video-bolsonaro.htm> Acesso em: 07 out. 2020.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml> Acesso em: 07 out 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/entenda-a-polemica-envolvendo-bolsonaro-e-o-inpe.f7e27aa4a276cd32e59978704d2794194z00o4g1.html> Acesso em: 07 out. 2020.

⁶ Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-que-imprensa-tem-medo-da-verdade-deturpa-e-mente/>; <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/12/23/bolsonaro-fake-news-imprensa/>; Acesso em 18 mar 2020

a continuação de uma pesquisa específica sobre o discurso da Petrobras durante o governo Bolsonaro – e a constituição de hipóteses do que, propriamente, a apresentação de respostas.

A verdade e os discursos

A verdade, na Filosofia, classicamente, é entendida como “[...] uma propriedade dos juízos, que podem ser verdadeiros os falsos, dependendo da correspondência entre o que afirmam ou negam e a realidade de que falam.” (JAPIASSÚ, 2006, p. 276). Porém, há teorias que entendem a verdade como resultante do consenso de um grupo social ou que a associam à coerência com um sistema de crenças, no qual não há contradições. Para a teoria pragmática, “[...] a verdade de uma proposição ou de um conjunto de proposições se estabelece a partir de seus resultados, de sua aplicação prática, concreta, de sua verificação pela experiência.” (JAPIASSÚ, 2006, p. 276). Em C. S. Peirce (1993), particularmente, a realidade independe do que as pessoas pensam que ela seja e, por seus efeitos sensíveis ou por métodos científicos de investigação, o real dá margem às crenças que brotam na consciência. Ele seria, portanto, o objeto representado pela opinião sustentada na investigação; e tal opinião, a verdade.

Nietzsche, contudo, entende a verdade como

Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e que agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. (NIETZSCHE, 2007, p. 37)

A defesa de que o que existem são apenas interpretações, pois não há uma única verdade, marca o pensamento dito pós-moderno e, equivocadamente, muitas vezes é associada a estratégias de desinformação e de desvalorização dos fatos em prol de interesses pessoais, como se as legitimassem. Refletindo sobre os modos distintos de organização da mentira na sociedade contemporânea, que comumente falseia toda a matriz da realidade e gera um cinismo niilista de recusa na crença de quaisquer fatos, o filósofo Charles Feitosa (2017, p. 3) conclui que

Quando há verdades em demasia o perigo não é mais apenas, como diz Arendt, a descrença generalizada na realidade, mas a sua contrapartida, a revalorização reativa, nostálgica e muitas vezes engehecida dos fatos, como se eles existissem em algum lugar objetiva e efetivamente e pudessem funcionar como uma pedra de toque nas nossas falas.

Com a crise epistemológica (chamada por muitos de pós-verdade) gerada pela constante disputa de narrativas, sobretudo no cenário político contemporâneo, volta a ecoar a incansável questão: o que é verdade ou o que é realidade? No relato clássico dos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (1985), a realidade – e, logo, o que os homens entendem por verdade – é uma construção humana e social, por intermédio da linguagem, visto que o ser humano se relaciona com os outros indivíduos e com o mundo a partir do universo simbólico que o rodeia.

A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. A religião, a filosofia, a arte e a ciência são os sistemas de símbolos historicamente mais importantes deste gênero. A simples menção destes temas já representa dizer que, apesar do máximo desprendimento da experiência cotidiana que a construção desses sistemas requer, podem ter na verdade grande importância para a realidade da vida cotidiana. A linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária mas também de "fazer retornar" estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana. Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade. (BERGER, LUCKMANN, 1985, p. 62).

Para os autores, é a palavra que ordena simbolicamente o mundo, empresta-lhe significados; e, quando os modos de a comunidade percebê-lo, interpretá-lo ou estabelecer relações com ele mudam, novas faces da realidade se apresentam. A língua de um povo possibilita um conjunto de tipificações de comportamentos e ações que, quando legitimado, passando a constituir determinada estrutura social, institucionaliza tal modo de significar o real. Logo, “[...] a realidade não é simplesmente construída, mas socialmente edificada. [...] são comunidades humanas que produzem o conhecimento de que necessitam, distribuem-no entre os seus membros e, assim, edificam a sua realidade.” (DUARTE JÚNIOR, 2002, p. 36)

É na esfera dos discursos que são eleitos os grandes acontecimentos históricos de um povo e a leitura (ou releitura) institucional que se faz deles modela a condução das políticas públicas e sociais. Nesse sentido, o movimento negacionista de explicar a

pandemia do novo coronavírus como uma simples “gripezinha”⁷, por exemplo, ou de reeditar a ditadura militar brasileira como uma revolução, um movimento das forças armadas legitimado pela população⁸, como defende Bolsonaro, pode mudar não apenas a compreensão dos fatos ou da história do país, mas, potencialmente, os rumos futuros da nossa realidade.

Voltando à leitura teórica sobre a construção social da realidade por Berger e Luckmann, há nela uma limitação a suplantar, segundo Hepp e Coldry (2017): para entender a realidade, na contemporaneidade, não se pode esquecer da comunicação mediada, pois os media são o cronômetro social do cotidiano, sobretudo em uma sociedade tão implicada por novas modalidades tecnológicas de constituição dos sentidos. Os autores demonstram que, com as sucessivas ondas de mediatização a as relações de interdependência entre os atores sociais, o papel dos meios de comunicação na construção social da realidade tem se tornado crucial.

São justamente os processos mediatizados que dão às versões polêmicas do atual governo brasileiro um alcance antes inimaginável, sobretudo com o domínio das telas durante a pandemia, e dão aos donos do capital, financiadores da rápida propagação de *fake news* e desinformação, favorecimento e cobertura para atos controversos. Enquanto isso, fatos que ameaçam impactar gravemente o país, como a privatização de grandes estatais sem a anuência do congresso⁹, passam sem repercussão na imprensa nem reverberação na redes sociais digitais, quase como se não estivessem acontecendo.

Eliseo Verón (1981), pensando o campo de produção jornalística, defende que o acontecimento é edificado discursivamente e, nesse sentido, são os media que o constroem.

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontrariam todos feitos em alguma parte na realidade e dos quais os media nos fariam conhecer as propriedades e os avatares retrospectivamente com mais ou menos fidelidade. Eles só existem na medida em que os media dão forma a eles (VERÓN, 1981, p. 7, tradução nossa).

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/covid-19-bolsonaro-culpa-imprensa-por-panico-e-volta-a-falar-gripezinha.htm> Acesso em: 31 mar 2020.

⁸ “O atual governo tenta reeditar 1964 – ao pedir que o golpe fosse comemorado como revolução no último dia 31 de março -, como no livro 1984 de George Orwell, em que o personagem Smith deveria falsificar registros históricos para criar um passado de acordo com os interesses do governo.” Disponível em: <https://diplomatique.org.br/bolsonaro-1984-ou-black-mirror/> Acesso em 31 mar 2020

⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/17/estrategia-de-privatizar-estatais-sem-aval-do-congresso-e-questionada-no-stf> Acesso em: 07 out. 2020.

O acontecimento surge ao se tornar conhecido mediaticamente. Quando não é notícia a criação de novas subsidiárias pela Petrobras, durante o atual governo, para as quais serão transferidas refinarias e outros ativos visando a privatização sem o aval do congresso, com a justificativa de que não é a empresa matriz que está sendo vendida, é como se a desestatização não tivesse relevância social ou nem estivesse ocorrendo. Bem verdade que as consequências reais da privatização virão mesmo sem a devida cobertura jornalística, mas, provavelmente, tal desmediação terá sido uma das causas.

O teor construcionista da perspectiva assumida por Eliseo Verón (1981) é problematizado por outros autores, na medida em que ela deixa de lado a verdade dos fatos. Muniz Sodré (2009) trabalha com o conceito de “acontecimento” como fato sobre o qual se reflete, mas sem desprezar o existente conhecido (o fato em si) e cuja realidade pode ser provada. Nesse sentido, poderíamos concluir que o governo Bolsonaro tenta destituir de certos fatos o seu caráter factual, como a desestatização da Petrobras, o número de mortes pelo novo coronavírus ou o golpe de 64, e acontecimentalizar outras tantas suposições, como suas suspeitas contra índios e ONGs, quando os acusa, por exemplo, das queimadas na Amazônia.

O linguista Izidoro Blikstein (2003, p. 17) defende que a realidade extralinguística e a percepção/cognição (do fato) não deveriam ser descartadas nas teorias da significação. Para ele, “[...] a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação linguística com que o recortamos: os significados já vão sendo desenhados na própria percepção/cognição da realidade”. O autor critica uma série de estudiosos dos signos, a exemplo de Umberto Eco, para quem “[...] o problema do referente não tem qualquer pertinência. [...] a noção de referente, útil indubitavelmente aos físicos ou aos lógicos, é inútil e daninha à Semiologia.” (ECO apud BLIKSTEIN, 2003, p. 33-34). Para Blikstein (2003), perspectivas teóricas como essa falham por não explorarem o mecanismo pelo qual a realidade seria fabricada/filtrada pela nossa experiência perceptiva, ou melhor, o modo como a percepção/cognição transforma o real em referente: “[...] fabricado pelos estereótipos, o referente se interpõe entre nós e a ‘realidade’, fingindo ser o ‘real’”. (BLIKSTEIN, 2003, p. 62)

O problema de críticas como essas, entretanto, é que elas parecem não levar em conta que muitos dos fenômenos que compõem a realidade dos cidadãos na contemporaneidade não são percebidos diretamente por eles, mas, sim, experienciados via mediação tecnológica. Como saber se é melhor o Brasil manter sua autossuficiência

em Petróleo ou vender o máximo possível de ativos para aumentar o lucro dos acionistas e pagar dívidas feitas no investimento do pré-sal? Ou ainda, como saber se a Amazônia não arde em chamas por culpa de ONGs que queiram supostamente chamar a atenção do governo, como sugerido pelo presidente¹⁰? Como saber que não há mico-leão-dourado na Amazônia¹¹ sem a repercussão mediática de tal informação? Entre a afirmação do presidente (ou o compartilhamento do ministro do ambiente de vídeo enganoso em suas redes sociais) e a contestação da imprensa, por exemplo, com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais, há uma disputa de narrativas que, por boa parte do eleitorado, pode ser lida como uma simples questão política ou quase religiosa, justamente pela ausência de experiência colateral com o objeto. Tais fatos não repercutem diretamente na sua vida e, por isso, talvez os julgue apenas como mais uma prova de fé. Se pensarmos, particularmente, na ala cristã dos apoiadores do governo, para quem “o mundo jaz do maligno” e o alvo da vida é alcançar o céu, a pauta comportamental tem muito mais valor do que a destruição de um planeta que já estaria destinado ao inferno. Diante de casos assim, como defender a percepção/cognição da realidade extralinguística sem inserir o processo de significação em uma grande cadeia semiótica de interpretações mediadas?

Blikstein assume, contudo, que há um impasse epistemológico na interação língua/práxis:

[...] embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não-verbal, é praticamente só por meio desses mesmos códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis: anterior à língua, a semiose não-verbal só pode ser explicada pela língua. (BLIKSTEIN, 2003, p. 80)

Práxis e língua reiteram-se, uma vez que aquela é materializada pela língua e esta depende da *práxis*. Saussure chega a ser citado pelo autor, quando, discutindo qual seria o objeto da Linguística, afirma: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2004, p. 15). O objeto é entendido, por Blikstein, como o referente fabricado, e o ponto de vista, a percepção/cognição ou interpretação da realidade pela prática social.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml> Acesso em: 07 out 2020

¹¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/09/10/entidade-admite-gafe-em-video-compartilhado-por-salles-sobre-amazonia.htm> Acesso em: 07 out 2020.

A verdade, o referente ou a realidade extralinguística (coisa em si), porém, como sabemos, não interessam a Saussure, pois “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito [ou significado] e uma imagem acústica [significante]”, ambos psíquicos (SAUSSURE, 2004, p. 80). O desinteresse pela verdade extralinguística segue por Roland Barthes (1987; 1990) em textos como os reunidos em *A aventura semiológica* e *O óbvio e o obtuso*. O semiólogo francês parte do pressuposto de autonomia estrutural da mensagem e defende que a análise priorize operações imanentistas. Sem reconhecer o dinâmico lugar dos sujeitos na comunicação e os diferentes contextos de significação, Barthes não se aprofunda na intenção do polo emissor, mesmo quando trabalha com imagem publicitária, nem nos efeitos no polo receptor.

Boutaud e Verón acentuam que, nessa semiologia de primeira geração, “A manipulação do signo, no sentido semiótico, [...] substitui a manipulação do sujeito, no sentido psicológico.” (BOUTAUD; VERON, 2007, p. 53, tradução nossa). Nos casos da publicidade da marca Panzani ou da capa da Paris Match, por exemplo, os sujeitos do processo comunicacional não estão no foco. Importa entender que a retórica da imagem é a face significante da ideologia e o sistema de significação é naturalizado na cultura. Na análise, não aparecem as possíveis disputas de sentidos envolvidas.

Na introdução de *Mitologias*, o mito é apresentado como a linguagem que designa “falsas” evidências; porém, ao longo do texto, Barthes esclarece: “O mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como a profere [...]” (BARTHES, 2010, p. 199). A mensagem mítica é forjada pelo abuso ideológico de sobrepor e dissimular significados, o que não quer dizer, porém, que ela esconda a arquitetura sógnica que a constitui. Mesmo porque o mito deforma, mas não faz desaparecer a mensagem denotada que serve como significante/veículo do significado mítico. Sobre tal arquitetura, em texto posterior, o autor explica:

[...] a segunda mensagem [mito] não é sub-reptícia. [...] mas é mais provável que a primeira mensagem [denotada] sirva mais sutilmente para *naturalizar* a segunda: retira-lhe a sua finalidade interesseira [...]; a motivação comercial está, assim, não mascarada, mas dobrada por uma representação muito mais ampla, pois ela faz com que o leitor comunique com os grandes temas humanos. Pela sua dupla mensagem, a linguagem conotada da publicidade reintroduz o sonho na humanidade dos compradores: o sonho, quer dizer, sem dúvida, uma certa alienação (a da sociedade concorrencial), mas também uma certa verdade (a da poesia). (BARTHES, 1987, p. 167-168, grifos do autor)

Focado na forma e não no conteúdo, Barthes assume a verdade dos modos de dizer, ou o verossímil retórico, e não uma verdade factual: “[...] essa franqueza se deve não ao *conteúdo das asserções*, mas ao caráter declarado dos sistemas semânticos usados na mensagem [...]” (BARTHES, 1987, p. 169, grifos do autor); “O mito é um valor; não tem a verdade como sanção.” (BARTHES, 2010, p. 215). Portanto, desmistificar é analisar a construção semiótica que sustenta uma estrutura de poder ou um conjunto de valores culturais, desnaturalizando o processo de esvaziamento e deformação dos sentidos.

Pensemos a construção do mito “imprensa mentirosa” segundo as falas do presidente da República, a fim de contrapor qualquer cobertura jornalística que lhe desfavoreça. A análise passaria pela investigação das marcas de esvaziamento e deformação dos sentidos originais das notícias por ele questionadas. Em fevereiro de 2020, por exemplo, Bolsonaro afirma que a jornalista da Folha de S. Paulo, Patrícia C. Mello, “queria um furo” contra ele e, entre risos irônicos, complementa que ela “queria dar o furo”¹², fazendo referência ao depoimento de um ex-funcionário de uma agência de disparo de mensagens em massa pelo WhatsApp, que disse que Patrícia queria a matéria “a troca de sexo”. Em mais uma fala que confunde o espaço público com a cenografia de uma conversa privada/informal, na qual se sente à vontade para externar seus preconceitos e machismo, Bolsonaro insulta a jornalista, escolhendo ignorar que já havia sido provado o teor mentiroso do depoimento. Além disso, como se tudo o que havia sido publicado pela imprensa sobre o assunto fosse desprovido de credibilidade ou valor histórico e como quem tem o poder de instituir verdades, o líder do país deforma e vulgariza a compreensão que se tem do furo jornalístico, para desacreditar da função informativa e do serviço de interesse público da imprensa.

Apesar da importante contribuição da semiologia e do conceito de mito em Barthes para a desnaturalização de sistemas ideológicos da cultura, a análise estrutural realiza-se em detrimento da investigação das condições de negociação dos sentidos; mas é preciso vencer o foco nos significantes e atentar aos seus usos ou à circulação dos sentidos que constituem as narrativas. Os estudos dos discursos buscam dar conta dessa limitação, colocando em relevância os contextos da enunciação, circulação e interpretação dos textos, mas compreendem que só se tem acesso ao referente por meio

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/reporter-da-folha-aparece-em-lista-de-ataques-graves-contra-jornalistas-no-mundo.shtml> Acesso em: 11 out. 2020

dos discursos. Sobre tal questão, Dominique Charaudeau (2006), abordando o discurso mediático, assevera:

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. Defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta e que, para desvendá-la, é necessário fazer explodir falsas aparências, seria reviver um positivismo de má qualidade. [...] para que o acontecimento exista é necessário *nomeá-lo*. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. (CHARAUDEAU, 2006, p. 131)

O acontecimento resulta dos processos de produção de sentido; logo, é inseparável do seu relato e é a significação que o constrói. Como Charaudeau, o linguista francês Bernard Lamizet, arquitetando uma semiótica do acontecimento informativo, alega que não podemos comparar o acontecimento “real” (ou fato, como explica Sodré) com o acontecimento representado, pois aquele é imprevisto e, quando nele pensamos, já o significamos: “[...] o real do acontecimento é estrangeiro a sua representação, como a suas significações” (LAMIZET, 2006, p. 76, tradução nossa). Quando sobre ele se reflete e a ele se oferece uma interpretação ou opinião, já se está diante do acontecimento simbólico ou imaginário. “Pensar o sentido do acontecimento é, por consequência, compreender o sentido que nós o damos, integrando-o a nossa atividade simbólica”. Mesmo porque, “[...] nós só estamos em presença de sua significação” (LAMIZET, 2006, p. 32, 287, tradução nossa).

Diante disso, a Análise do Discurso não tem a pretensão de, por meio de sua investigação, chegar à verdade em si, mas se preocupa com o como e o porquê tal discurso tem o potencial de produzir, entre outros, o efeito de verdade. “A análise do discurso não pergunta se o discurso diz a verdade, mas tenta perguntar como o discurso assegura como verdade o que foi construído” (COURTINE, 2006, p. 77). E mais, o efeito de verdade é produzido a partir de modalidades enunciativas usadas, especificamente, para ratificar o vínculo/contrato de comunicação estabelecido entre enunciador e destinatário. “O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 49).

Foucault (2006) já advertia que não é função do analista restituir uma suposta verdade reprimida e recalcada pelo discurso: “[...] não se deve imaginar [...] um não-dito

ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar” (FOUCAULT, 2006, p. 53). Foucault explica também que, na reivindicação de verdade das nossas sociedades, há um desejo latente de poder. Os atores sociais reclamam a verdade para dar visibilidade aos seus discursos; afinal, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2006, p. 10).

O poder do discurso, no caso Bolsonaro, é ostentado nas entrevistas em frente ao Palácio do Alvorada, quando o presidente se irrita e ameaça não mais responder às perguntas da imprensa; quando exclui a Folha de S. Paulo de coletivas ou dá indícios de que não vai renovar a concessão da Globo, sugerindo que é dele o poder de manter ou fazer desaparecer cada veículo mediático. A posse da visibilidade e da reverberação do seu discurso, pelo cargo que ocupa, já dá a ele o poder de parecer verdadeiro.

É o discurso que faz parecer verdadeiro. Por isso, o foco da análise discursiva não é o objeto/referente nem são as mensagens apenas e também não as intencionalidades dos sujeitos, mas os efeitos dos processos de enunciação. Afinal, a comunicação é mais um fazer crer, um fazer sentir e, como já sinalizavam os pragmáticos, um fazer fazer, do que propriamente um fazer saber.

Considerações finais

Os objetivos do presente artigo foram: primeiro, apresentar contribuições da semiologia e dos estudos dos discursos para os debates teóricos sobre a construção da realidade e os efeitos de verdade; e, segundo, a partir de tais debates, refletir sobre a disputa de narrativas em torno da verdade no governo Bolsonaro, a fim de indicar caminhos possíveis de pesquisa.

A verdade é usada como mote de políticos, é prometida nas deontologias profissionais, é alvo das religiões e perpassa os mais ordinários discursos da vida cotidiana. Mas como confrontá-la? Por um lado, em uma sociedade mediatizada, na qual a percepção dos cidadãos sobre os fatos de interesse público é muito menos resultante de uma experiência empírica e pessoal do que de uma mediação técnica, parece-nos mais eficaz questionar os modos de construção dos efeitos de verdade dos discursos do que reivindicar o lugar de mais uma suposta fonte da verdade. Por outro lado, é preciso deixar claro que não consentimos com a absoluta relativização da verdade, quando a

apresentamos como efeito discursivo. O efeito de verdade é uma dimensão teórica que não contrapõe falso e verdadeiro nem promete elucidar algo oculto ou deformado; porém, entender a verdade como efeito não é confundi-la com pura criação. Em contextos como o do Brasil atual, faz-se necessário diferenciar “verdades” construídas sob regimes de demonstração ou argumentação técnica/científica e “verdades” acontecimentais, baseadas no poder do cargo de quem enuncia, no *pathos* ou na repetição. Justamente para evidenciar tais diferenças, é urgente refletirmos sobre as estratégias ou os modos enunciativos recorrentes nesse tipo de mensagem.

Por fim, diante de um governo que parece escolher como antagonistas aqueles que advogam pela busca da factualidade (por meio da ciência, da pesquisa, de fontes ou de outros dados de comprovação), entendemos que não é tempo de alimentar rixas conceituais. Ao selecionarmos fragmentos de tecidos teóricos distintos e, a partir da relação entre eles, construirmos um percurso de reflexão e problematização dos modos de Bolsonaro instituir suas supostas verdades, apostamos no poder do dialogismo, sobretudo em um contexto nacional em que a vida intelectual e o pensamento complexo estão sob intenso ataque.

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios sobre fotografia, cinema, teatro e música. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERGER, Peter; THOMAS, Luckmann. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade**. São Paulo: Cultrix, 2003.
- BOUTAUD, J.; VERON, E. **Sémiotique ouverte**: itinéraires sémiotiques en communication. Paris: Lavoisier, 2007.
- CANDIOTTO, C. Foucault: UMA HISTÓRIA CRÍTICA DA VERDADE. *Trans/Form/Ação*, v.29, São Paulo, 2006, p.65-78.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- COULDRY, N.; HEPP., A. **The mediated construction of reality**. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradução Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **O que é realidade?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

FEITOSA, Charles. Pós-verdade e política. **Revista Cult**, jul 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pos-verdade-e-politica/> Acesso em: 14 jul 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAMIZET, Bernard. **Sémiotique de l'événement**. Lavoisier: Paris, 2006.

NIETZSCHE, F. **Sobre verdade e mentira**. São Paulo: Hedra, 2007.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1993.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VERÓN, Eliseo. **Construire l'événement**: les médias et l'accident de three mile island. Paris: Les éditions de minuit, 1981.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.